



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE



PLANO DE AÇÃO



Escola Judiciária
Eleitoral do RN



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PRESIDENTE

DES. GLAUBER ANTÔNIO NUNES RÊGO

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR ELEITORAL

DES. CORNÉLIO ALVES DE AZEVEDO NETO

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DIRETORA

JUÍZA DR.^a ÉRIKA DE PAIVA DUARTE TINÔCO

VICE-DIRETOR

JUIZ DR. JOSÉ DANTAS DE PAIVA

DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO

GABIENTE DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL:

SOLON R. ALMEIDA NETTO

SIVANILDO DANTAS DE ARAÚJO

PAULO GUSTAVO DA SILVA LINS

CENTRO DE MEMÓRIA PROFESSOR TARCÍSIO MEDEIROS:

ANA PAULA VASCONCELOS DO AMARAL E SILVA ARAUJO

PAULINÉA MARISE LIMA DE ARAÚJO

COMISSÃO PERMANENTE DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

MARCOS FLÁVIO NASCIMENTO MAIA

CARLOS MAGNO DO ROZÁRIO CÂMARA

CARLOS ALBERTO NARCISO FERNANDES

CARLOS ANDRÉ DE AZEVEDO MOURA

SANDERSON LELIS DE MACEDO COSTA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

VIRGÍNIA COELLI ROCHA DA CRUZ

- SUMÁRIO -

- WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO -

PALAVRAS INICIAIS	05
1. APRESENTAÇÃO	06
2. PROPOSTA DE EVENTO – WORKSHOP	07
3. OBJETIVOS	09
4. JUSTIFICATIVAS	09
5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	11
6. ETAPAS EXECUTIVAS E REALIZAÇÃO	12
7. PALESTRANTES E TEMAS DAS PALESTRAS	13
8. LOCAL DE REALIZAÇÃO E ORÇAMENTO	14
9. PROGRAMAÇÃO DO WORKSHOP	16

PALAVRAS INICIAIS

A evolução da Justiça Eleitoral brasileira, com o advento dos sistemas eletrônicos de votação, especialmente a partir das pesquisas, que foram originariamente desenvolvidas em centros acadêmicos nacionais e aplicadas ao campo prático da democracia pelo Tribunal Superior Eleitoral e todos os Regionais pátios, revela uma vanguarda do Poder Judiciário no campo da incorporação tecnológica aos processos-fins de trabalho, bem como a coragem de modificar procedimentos e formas de compreender como a realidade pode ser transformada pela otimização de técnicas e recursos. Ainda assim, mesmo passadas décadas do início dessa revolução, a sociedade civil, em seu livre e correto papel questionador, nas últimas eleições vem, através da imprensa, das associações, das instituições de pesquisa e entidades de classe, cobrando do Judiciário uma ativa postura de elucidar e explicitar a segurança dos sistemas garantidores de todo o arcabouço de votação que se opera, bianualmente, no Brasil.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, ciente de sua responsabilidade social, de forma a garantir a ampla transparência de seus processos ligados ao que há de mais caro à instituição, que é a segurança de que a vontade de cada eleitor seja preservada nas urnas, apresenta o WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO como mais uma maneira de permear suas atividades administrativas e jurisdicionais com a relevante opinião pública, convidando parceiros, instituições, universidades e cidadãos a ouvir argumentos técnicos, debater e mostrar soluções a eventuais pontos que precisem ser melhorados.

A Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte inaugura o debate com a sociedade sobre as ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020, em harmonia com o Plano de Gestão 2018-2020 do TRE/RN e em cooperação com vários setores do Regional, dentre os quais se lista a Direção-Geral, a Comissão Permanente de Segurança da Informação/STIC e a Assessoria de Comunicação, e igualmente com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral, alarga seu compromisso com o desenvolvimento e a consolidação da Justiça Eleitoral, uma nobre missão de devolver à sociedade, com eficiência e respeito ao Erário, as expectativas e ações necessárias ao fortalecimento da democracia.

Natal/RN, abril de 2019

Dr.^a ÉRIKA DE PAIVA DUARTE TINÔCO
Juíza Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte

Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA
Juiz Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte

1. APRESENTAÇÃO

O Brasil representa, em termos quantitativos, a segunda maior democracia do ocidente, perdendo, em termos populacionais, apenas aos Estados Unidos. Se for considerado, porém, que naquele país o voto é facultativo, facilmente se vai entender que a nossa jovem República agrega um conjunto eleitoral que, a cada eleição, cresce e se agiganta em termos mundiais, por ser um líder nas Américas.

Historicamente, desde a década de noventa (1990), houve aqui a implantação e evolução contínua de sistemas eletrônicos de votação. Os modernos mecanismos, desenvolvidos com tecnologia nacional, agregaram agilidade e confiabilidade à aferição de votos que são apurados, a um só tempo, alçando o país ao status que poucas outras nações do mundo conseguiram atingir, uma vez que os resultados das eleições brasileiras são publicamente divulgados praticamente em tempo real, à medida que as urnas vão sendo lançadas no sistema *on-line* do Tribunal Superior Eleitoral, havendo o resultado final em poucas horas após o encerramento da votação. Todo esse aparato tecnológico não foi obra do acaso, nem tampouco desenvolvido de uma eleição para outra. Na verdade, representa uma longa maturação de inovações técnicas e conjuntos logísticos de execução que, a cada pleito, continuam sendo aprimorados. Elementos como a criptografia, as assinaturas digitais, os resumos digitais (conhecidos como *hash*) e um corpo de profissionais treinados e especificamente voltados às eleições, tudo estando supervisionado por Magistrados com garantias constitucionais, representam um conjunto de segurança que poucos países hoje detêm.

O que se convencionou, assim, chamar de “voto eletrônico”, na verdade pode ser traduzido como um macro sistema de votação, que, segundo o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral – IDEA Internacional, sediado em Estocolmo, foi, de alguma forma, já incorporado por trinta e dois países, que conseguiram tirar proveito dos avanços tecnológicos para agilizar e garantir a lisura de seus processos eleitorais. A lista inclui nações de sólida tradição democrática, como Suíça, Canadá, Austrália e Estados Unidos (em alguns estados). Na América Latina, México e Peru também fazem uso de mecanismos similares. Na Ásia, além de Japão e Coréia do Sul, há o exemplo da Índia, a maior democracia do mundo em número de eleitores (mais de 800 milhões), sendo que o país utiliza urnas eletrônicas semelhantes às brasileiras, mas adaptadas à sua realidade. Não se trata, portanto, de uma excrescência ou particularidade nacional. O Brasil apenas seguiu – e aprimorou – uma tendência mundial, estando inserido, atualmente, na liderança da qualidade de processos eletrônicos de votação.

Nesse cenário, entretanto, passados mais de vinte anos da implantação da urna eletrônica e seus sistemas de segurança e apoio, o país ainda se defronta com questionamentos inerentes à lisura do processo. A população, inserida na nova realidade da fluidez da informação através das redes sociais no séc. XXI, questiona, de forma recorrente, pontos que, há muito, eram considerados como dúvidas debeladas. Eis o motivo qual se deve, de forma perene, apresentar à sociedade e, ao corpo de Magistrados e servidores, os motivos pelos quais houve a adoção dos sistemas eletrônicos de votação, que devem ser continuamente defendidos e melhorados.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, como órgão do Poder Judiciário, submete-se a metas que impõem a realização de eventos de natureza pública, para que a sociedade possa interagir, compreender o trabalho desenvolvido, fiscalizar e, eventualmente, adotar todas as providências que advêm da transparência na gestão pública. Cientes de desse papel os gestores do TRE/RN propõem que, *precedendo o workshop seja feita uma consulta pública*, através de formulário que ficará disponível no sítio eletrônico do TRE/RN, como uma forma de previamente ouvir e colher os questionamentos da sociedade civil, para que se possa, ainda mais, melhorar o evento proposto.

2. PROPOSTA DE EVENTO – WORKSHOP

A Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte, em seu Plano de Trabalho 2019, fez a previsão de realização de um evento voltado a *capacitar Magistrados e servidores* com relação aos *aspectos técnicos da segurança dos processos eletrônicos de votação*. A ação, que foi incorporada ao **Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento 2019 – PACD 2019**, foi, igualmente, recebida pela Comissão Permanente de Segurança da Informação do TRE, dentro de uma perspectiva de realizar um evento para difundir argumentos técnicos em defesa do trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral, a cada pleito, através de seus sistemas, para assegurar a divulgação fidedigna daquilo que foi depositado nas urnas pelo eleitorado. A essa parcela do público, assim, o evento será aproveitado como uma *ação de capacitação*, com carga-horária de seis horas-aula, modelo expositivo, com apresentações técnicas de palestrantes do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral do RN e do Instituto Metrópole Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Contudo, após a apresentação do modelo eletrônico de votação, abrir-se-á espaço ao *questionamento público*, adotando-se uma configuração de debate rápido com os representantes da sociedade civil que desejem inquirir acerca dos mecanismos de segurança.

Ademais, dentro de uma programação reservada aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral, após a apresentação sobre a segurança do processo eletrônico, haverá o seguimento do evento, com a continuidade da capacitação com relação aos aspectos técnicos e inerentes à importância da segurança da informação do âmbito institucional do Tribunal, para garantia dos processos internos de trabalho. Observa-se que essa *segunda parte do evento, voltada exclusivamente aos servidores do TRE/RN abordará temas internos da Casa*, como a importância institucional da adoção de boas práticas voltadas à segurança da informação.

WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

PÚBLICO INTERNO:

- CAPACITAÇÃO, SEIS HORAS-AULA;
- PARTICIPAÇÃO DA PALESTRA MAGNA DO SECRETÁRIO DE STI DO TSE;
- PARTICIPAÇÃO DE DUAS PALESTRAS RESERVADAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO

PÚBLICO EXTERNO:

- PARTICIPAÇÃO DA PALESTRA MAGNA DO SECRETÁRIO DE STI DO TSE;
- PARTICIPAÇÃO NO DEBATE COM O SECRETÁRIO DE STI DO TSE.

Motivação para encaminhamento do público interno. A Comissão Permanente de Segurança da Informação do TRE/RN foi criada como uma forma de aprimorar processos internos e garantir a eficiência do trabalho prestado à sociedade com relação aos aspectos delicados da informação qual se lida, de forma inerente, no trabalho da Justiça Eleitoral. Essa Comissão tem metas específicas para 2019 relacionadas à capacitação de servidores. Interessa ao público interno do Tribunal – servidores – que participem da palestra-magna que será proferida pelo Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral. Contudo, após a fase dos debates, do ponto de vista institucional é mais relevante aos servidores o aproveitamento à difusão, através de capacitação, da importância das boas práticas para manutenção da segurança institucional da informação, havendo sido montada uma programação específica ao público interno.

3. OBJETIVOS

Realizar um evento, em modelo de *workshop*, que apresente ao público interno e externo os principais elementos acerca da segurança dos sistemas eletrônicos de votação da Justiça Eleitoral, de forma que, os Magistrados e servidores estejam capacitados a replicar os argumentos técnicos, e a sociedade civil possa participar do debate e contribuir à discussão e ao aperfeiçoamento da eficiência e segurança dos serviços ofertados pelo órgão público.

Objetivos desdobrados:

- Capacitar, pelo menos, cem (100) pessoas que integrem a força de trabalho do TRE/RN – público interno composto por Magistrados e servidores;
- Inscrever, pelo menos, trinta (30) pessoas que representem elementos da sociedade civil;
- Ter a ampla participação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Ministério Público Eleitoral e representantes de entidades de classe e instituições de ensino;
- Possibilitar a realização de consulta pública, pela participação ou encaminhamento de dúvidas e sugestões através de sistema *on-line*, que deve estar disponível no sítio eletrônico do TRE/RN;
- Realizar a transmissão e/ou gravação, para disponibilizar o audiovisual do evento.

4. JUSTIFICATIVAS

A consulta pública é um instrumento do qual se vale o Estado, através de seus três poderes, para colher, junto à sociedade, ideias, planos e encaminhamentos às ações e resultados. Essencialmente, é uma forma de exercer a transparência que está sedimentada no art. 37 da Constituição Federal, pois possibilita a participação direta pela oitiva dos anseios daquilo que pensa o cidadão, ao convidá-lo a ouvir, questionar, debater e influenciar os atos do gestor administrativo. O Poder Judiciário brasileiro tem passado, nos últimos trinta anos, pós-democratização, por uma longa e densa maturação institucional. Prova disso é que, cada vez mais, os Magistrados, em todas as instâncias, inclusive nos Tribunais Superiores, estão a se valer dessa ferramenta para dotar de mais legitimidade os rumos e alinhamentos dos planos administrativos e judiciais de todos os ramos da Justiça. É interessante apontar que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como o Tribunal de Contas da União – TCU, ambos

órgãos de controle e fiscalização aos quais se submete o Tribunal Regional Eleitoral do RN, fomentam, através de suas políticas e orientações, que todos os tribunais que integram o Poder Judiciário da União realizem eventos públicos, como consultas e audiências. Portanto, o alinhamento da gestão do TRE/RN com os ditames superiores administrativos somente representa a prova de que a evolução permeia a atual gestão 2018-2020, carreando a sensibilidade do gestor do órgão àquilo que se deve devolver à sociedade em termos de respeito ao que o cidadão precisa ouvir e, igualmente, ser ouvido. Valer-se da Escola Judiciária Eleitoral, ladeada por outros setores estratégicos do TRE/RN, como a Comissão Permanente de Segurança da Informação/STIC, a Direção-Geral e a Assessoria de Comunicação, representa uma integração saudável e imprescindível ao sucesso do desiderato apresentado neste plano. Ademais, a EJERN é uma unidade que foi reestruturada no começo de 2019 e, assim, apresenta amplas condições de suporte e execução, cabendo ser integrada, de forma densa, à execução maior de políticas institucionais que abram o Regional potiguar à participação do cidadão. Ao mesmo tempo, a difusão do conhecimento interno e daquilo que se evoluiu e se transforma a cada eleição nada mais é do que uma forma de prestar contas do trabalho que é feito a cada novo ciclo eleitoral.

Ademais, sobre a pertinência temática e a escolha da natureza do evento, deve-se registrar que a Justiça Eleitoral, em todo o país, vem sendo gradualmente questionada por pessoas que desconhecem os argumentos técnicos que amparam a forma qual se processa as eleições no Brasil. Mesmo tendo um dos mais modernos processos eleitorais do mundo, conforme já apresentado em tópicos anteriores deste plano, sendo reconhecido seu *expertise* na área por todos os países, que inclusive, anualmente remetem comissões de estudo para aprender com o Tribunal Superior Eleitoral e assimilar a eficiências dos procedimentos nacionais, a Justiça Eleitoral brasileira passa por um irresponsável ataque, naquilo que se convencionou chamar como *fake news*. O Judiciário não pode, dessa forma, congelar a realidade ou impedir que os novos tempos tragam novos desafios. A dinâmica da velocidade da informação, que transformou a forma como as sociedades estão se comunicando, revolução da qual o ícone máximo talvez seja o *smartphone*, que dotou o cidadão da capacidade de replicar notícias de uma forma nunca antes imaginada pela humanidade, apresenta às instituições um novo dilema: como combater conceitos errôneos ou boatos que não espelham a verdade dos fatos? A resposta é simples: através de uma maior transparência e eficiência de comunicação social. Eis o porquê dessa nova tônica carecer tanto de maior abertura dos Tribunais à sociedade e de quão válida e necessária é a realização de eventos públicos.

Por fim, envolver Magistrados e servidores nesse afã, como uma forma de capacitar a força de trabalho para que esteja tecnicamente preparada a responder questionamentos inerentes à segurança dos sistemas, a qualquer tempo, é um dever institucional, sendo parte da motivação do evento.

5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico 2016-2020 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte está alinhado aos macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2020 aplicáveis à Justiça Eleitoral. São elencados tópicos de extremo valor à cadeia de processos interna do Regional, que refletem na prestação jurisdicional final e, portanto, atingem diretamente a qualidade e a eficiência dos serviços prestados ao cidadão.

Nesse sentido, importa listar que o presente projeto se alinha com vários *pontos estratégicos* listados como fundamentais pela Resolução TRE/RN nº 24/2015, manifestação do Colegiado que aprovou o PEJERN 2016-2020, devendo-se citar:

- **Garantida dos Direitos de Cidadania:** o alinhamento se dá pela forma qual a transparência dos processos internos está sendo aberta à sociedade, bem como, através do processo de consulta pública, a oitiva mantida com canais diretos com o cidadão, permitindo que a comunicação entre a Administração Pública e o eleitor se estabeleça, mantendo-se os direitos básicos de acesso à informação e participação da coisa pública;
- **Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral:** a capacitação da força interna de trabalho está relacionada aos objetivos e às iniciativas que garantem o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, bem como a evolução das tecnologias e da melhoria de processos de trabalho;

Ademais, deve-se apontar que, dentro de um quadro de **TEDÊNCIAS ATUAIS**, o projeto se alinha com a *profissionalização da gestão*, pelo domínio dos processos internos; bem como pela *intensificação do uso da tecnologia da informação*.

Inserindo-se dentro do **CENÁRIO ALMEJADO PARA 2020**, o projeto contribui para *(a) uma Justiça mais acessível, (b) garantia da legitimidade do sistema eleitoral, (c) melhoria do sistema de segurança pública, e (d) valorização profissional*.

Por fim, dentro das **DIRETRIZES NACIONAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL**, o projeto *intensifica a relação entre TSE e TRE, com vistas a buscar convergência de interesses nas tarefas que lhes são comuns, bem como envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores da Justiça Eleitoral*.

6. ETAPAS EXECUTIVAS E REALIZAÇÃO

WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

ETAPA 01: PLANEJAMENTO

- APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO;
- CONFIRMAÇÃO DOS PALESTRANTES.

ETAPA 02: DIVULGAÇÃO

- CONVITES AOS PARCEIROS INSTITUCIONAIS E ENTIDADES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE;
- APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE DIVULGAÇÃO;
- INSTALAÇÃO ON-LINE DO SISTEMA DE CONSULTA À SOCIEDADE;
- CONVITE AOS JUÍZES(AS) E SERVIDORES(AS) / CONVOCAÇÃO DO PÚBLICO DA SEDE DO TRE;
- INÍCIO DA DIVULGAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS.

ETAPA 03: PRÉ-EXECUÇÃO

- CONFIRMAÇÃO DAS ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES;
- ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES (PÚBLICO INTERNO);
- INTENSIFICAÇÃO DA DIVULGAÇÃO NA MÍDIA;
- ELABORAÇÃO DETALHADA DO CERIMONIAL.

ETAPA 04: EXECUÇÃO

- REALIZAÇÃO DO WORKSHOP: 15 DE MAIO DE 2019, PLENÁRIO DO TRE, NATAL/RN.

SOCIEDADE CIVIL:

- PALESTRA «A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO»
PALESTRANTE: GIUSEPPE DUTRA JANINO, SECRETÁRIO DE TEC. DA INFORMAÇÃO DO TSE;
- DEBATES.

JUÍZES(AS) E SERVIDORES(AS):

- PALESTRA «A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO»
PALESTRANTE: GIUSEPPE DUTRA JANINO, SECRETÁRIO DE TEC. DA INFORMAÇÃO DO TSE;
- CONVOCAÇÃO DOS SERVIDORES(AS) À CAPACITAÇÃO PROMOVIDA PELA COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PALESTRAS COM OS FORMADORES CARLOS MAGNO DO ROZÁRIO CÂMARA (TRE/RN) E SÍLVIO COSTA SAMPAIO (UFRN).

7. PALESTRANTES E TEMAS DAS PALESTRAS

WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

«A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO»

- PALESTRANTE: **GIUSEPPE DUTRA JANINO**
- SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TSE, MATEMÁTICO, ANALISTA DE SISTEMAS COM AMPLA FORMAÇÃO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DOS ATUAIS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE VOTAÇÃO ADOTADOS NO PAÍS.
- CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO: HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS, MECANISMOS DE CONTROLE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, GARANTIAS AO CIDADÃO DA PRESERVAÇÃO DOS DADOS ELETRÔNICOS, PERSPECTIVAS AO FUTURO.
- DURAÇÃO: 1 HORA E 20 MINUTOS.

«A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO TRE/RN»

- PALESTRANTE: **CARLOS MAGNO DO ROZÁRIO CÂMARA**
- SERVIDOR DO TRE/RN, PÓS-GRADUADO EM ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO, ESP. EM DIREITO E PROCESSO ELEITORAL E EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CERTIFICADO EM ITIL FOUNDATION CERTIFICATE IN IT SERVICE MANAGEMENT, COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO TRE/RN.
- CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO: A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO TRE/RN, A IMPORTÂNCIA DE BOAS PRÁTICAS E A ADOÇÃO DE APRIMORAMENTOS NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E TECNOLÓGICA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E VISÃO DE FUTURO.
- DURAÇÃO: 50 MINUTOS.

«A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DE CASOS PRÁTICOS»

- PALESTRANTE: **SÍLVIO COSTA SAMPAIO**
- PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, PÓS-GRADUADO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.
- CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO: A PROBLEMÁTICA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO SÉC. XXI, A FLUIDEZ DA INFORMAÇÃO INTRA E INTERINSTITUCIONAL. ANÁLISES DE CASOS, RISCOS À SEGURANÇA DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.
- DURAÇÃO: 50 MINUTOS.

8. LOCAL DE REALIZAÇÃO E ORÇAMENTO

O evento será iniciado na manhã do dia 15 de maio de 2019, no *Plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte*, situado na Av. Rui Barbosa, s/n, Tirol, em Natal/RN. Observa-se que o plenário tem capacidade para 130 pessoas, infraestrutura completa de áudio e vídeo, bem como espaços para receber autoridades, credenciamentos e serviços de apoio.

WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO



*Plenário do Tribunal Regional Eleitoral.
Situado no novo prédio sede, em Natal/RN.*

CUSTOS GERAIS DO EVENTO	
Passagens aéreas Brasília-Natal	R\$ 2.600,00
Diárias colaborador TSE - 2,5 diárias	R\$ 1.200,00
Sinalização e impressões	R\$ 600,00
TOTAL	R\$ 4.400,00

Deve-se destacar que não haverá custos com relação aos palestrantes, apenas a indenização com diárias e aquisição de bilhetes aéreos ao deslocamento Brasília-Natal. Os palestrantes da formação prevista aos servidores – segunda parte do evento – residem em Natal, não havendo, portanto, custos com relação a ambos.

WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

ATRIBUIÇÕES INTERNAS - TRE/RN

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL:

PROPOSITURA DO EVENTO;
ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO;
ACOMPANHAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PAE;
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO E CREDENCIAMENTO;
DISPONIBILIZAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

DIREÇÃO-GERAL:

ARTICULAÇÃO INTRAINSTITUCIONAL;
PUBLICAÇÃO DOS COMUNICADOS E CONVOCAÇÕES AOS SERVIDORES.
ENCAMINHAMENTO DE CONVITE AO PALESTRANTE DO TSE.

PRESIDÊNCIA:

ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROJETO;
ENVIO DOS CONVITES AOS MAGISTRADOS;
ENVIO DOS CONVITES INTERINSTITUCIONAIS AOS PARCEIROS EXTERNOS.

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

DEFINIÇÃO DOS TEMAS DAS APRESENTAÇÕES.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

ELABORAÇÃO DA LOGOMARCA;
DIVULGAÇÃO NA MÍDIA;
ORGANIZAÇÃO DO CERIMONIAL.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO:

AVALIAÇÃO GERAL DO PROJETO, AVALIAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STIC:

DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONSULTA PÚBLICA ON-LINE.

9. PROGRAMAÇÃO DO WORKSHOP

A parte da manhã será dedicada às apresentações do Secretário de Informática do Tribunal Superior Eleitoral, com exposições e entrevistas. A recepção do público será no *hall* central do novo prédio sede do TRE, com a mostra da exposição permanente do Centro de Memória Professor Tarcísio Medeiros, que será instalada ao lado do credenciamento. À tarde, haverá a continuidade do evento, com a capacitação voltada ao público interno.

WORKSHOP A SEGURANÇA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

EXECUÇÃO DETALHADA

15 DE MAIO DE 2019

PRIMEIRA PARTE: PALESTRA ABERTA - PLENÁRIO DO TRE/RN

09:00 - CREDENCIAMENTO: início de credenciamento
10:00 - ABERTURA: formação da mesa de honra
10:05 - FALA DO PRESIDENTE: abertura oficial pelo Presidente, Des. GLAUBER RÊGO
10:15 - FALA DA DIRETORA DA EJERN: fala da Juíza Diretora da EJERN, Dra. ÉRIKA PAIVA
10:20 - DESFAZIMENTO DA MESA DE HONRA
10:25 - PALESTRANTE: GIUSEPPE DUTRA JANINO - TSE
11:45 - QUESTIONAMENTOS: GIUSEPPE DUTRA JANINO - TSE
12:30 - INTERVALO - ENCERRAMENTO DA MANHÃ

SEGUNDA PARTE: PALESTRAS AOS SERVIDORES - PLENÁRIO DO TRE/RN

13:30 - PALESTRANTE: CARLOS MAGNO DO ROZÁRIO CÂMARA - TRE/RN
14:20 - QUESTIONAMENTOS: CARLOS MAGNO DO ROZÁRIO CÂMARA
14:40 - PALESTRANTE: SÍLVIO COSTA SAMPAIO - UFRN/IMD
15:30 - QUESTIONAMENTOS: SÍLVIO COSTA SAMPAIO
16:00 - ENCERRAMENTO DO WORKSHOP